



PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1142 – Fórum, Centro Cívico – CEP 80530-010. Telefone (41) 3221-9515

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0000053-46.1989.8.16.0001 PROJUDI)

A Doutora ADRIANA BENINI, MM. Juíza de Direito da 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos AUTOS DE INDENIZAÇÃO Nº 0000053-46.1989.8.16.0001 (PROJUDI), movidos por ACACILDA VIANNA CRUZ, ALICE DE CAMARGO BARBOSA, ANGELICA DUARTE CARNEIRO, CARLOS PEREIRA BARBOSA, CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MONALISA, DULCE HELENA BERTUCCI KITAKA, EDUARDO KITAKA, ELOIZA HELENA KITAKA, ESPÓLIO DE ALEXANDRE CERANTO, EUGENIA FAVARO CERANTO COSTA, EURICO DE PAIVA VIDAL JUNIOR, GLADIS MARIA ARRECHEA GALVES PERUZZO, JACOB NOVOCHADLO, JAIME CRUZ, JAYME LUIZ VIANNA CRUZ, JUTARO TAKIGUCHI, JOÃO CARLOS PAUL FRANCO, LUCIANA APARECIDA KITAKA CALZOLARI, MARA LUCIA DE CARLO VIDAL, MARIA LUIZA BARBOSA TAKIGUCHI, MARIA YUNES PORTIOLLI FRANCO, RENATO LEITE ROSA, SIDNEY LUIZ DE OLIVEIRA, TITO LIVIO PERUZZO e YARA AITH MADUREIRA DE OLIVEIRA em face de ESPÓLIO DE HARRO OLAVO MUELLER (CPF: 000.809.509-49), INDÚSTRIA E COMÉRCIO TAMANDARÉ (CNPJ: 76.494.376/0001-61), J.B. BARROS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. (CNPJ: 43.712.751/0001-43) e Jael Bergamaschi Barros (CPF: 000.489.509-63), será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

- 1º Leilão em 06/04/2021 às 14h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
- 2º Leilão em 20/04/2021 às 14h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

Em não havendo arrematação ou se por qualquer motivo o leilão judicial não se realizar, ficam desde já designadas novas datas:

- 1º Leilão em 04/05/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
- 2º Leilão em 18/05/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados **eletronicamente** com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão, com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro através do e-mail contato@oleiloes.com.br antes do início do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site <https://oleiloes.com.br/>, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800.052.4520.

DESCRIÇÃO DO BEM: TERRENO LOCALIZADO NESTA CAPITAL, FAZENDO FRENTE PARA A RUA PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI ONDE MEDE 20,00M; DO LADO DIREITO UMA EXTENSÃO DE 52,00M, LADO ESQUERDO NUMA EXTENSÃO DE 50,72M, E FUNDOS NUMA EXTENSÃO DE 20,23M, CONTENDO UMA CASA DE ALVENARIA SOB Nº 769 E 771, COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 23.158 DO 2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA/PR, IF: 11.034.002.000-4. **LOCALIZAÇÃO:** Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 771, São Francisco, Curitiba/PR.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 2.300.000,00 (mov. 339.1), atualizada até 26/03/2021.

ÔNUS: Consta na Matrícula: R-5: Arresto proveniente dos autos nº 74602/2008 em trâmite, na época do registro, perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-6: Penhora dos presentes autos; AV-7: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 1848/2011 em trâmite perante a 14ª Vara Cível de Curitiba. Débitos de IPTU: O ofício 0334/2021 remetido à Secretaria Municipal de Finanças ainda não retornou com informações, entretanto, constam débitos no importe de R\$ 89.513,38 conforme consulta pública ao site da Prefeitura Municipal de Curitiba realizada em 22/03/2021 através da indicação fiscal, sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios. Outros débitos: O ofício nº 0336/2021 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 0337/2021 remetido à Receita Federal/INSS, o ofício nº 0338/2021 remetido ao IAP e o ofício nº 0339/2021 remetido ao Depositário Público ainda não retornaram com informações. Observação: Na forma do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 2.278.027,32 (mov. 167.3), sujeito à atualização.

DEPOSITÁRIO: Os Executados.

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito, tal como o preço, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do CPC: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do CPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

RECURSO(S) PENDENTE(S): 0012962-05.2021.8.16.0000 – Agravo de Instrumento.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A imissão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, ficam intimados os executados ESPÓLIO DE HARRO OLAVO MUELLER, INDÚSTRIA E COMÉRCIO TAMANDARÉ, J.B. BARROS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. e JAEL BERGAMASCHI BARROS (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 60 (sessenta) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições mínimas fixadas para o primeiro leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 26/03/2021. Eu, Leiloeiro Público Oficial Designado, que o fiz digitar, por ordem da MM. Juíza de Direito.

ADRIANA BENINI
Juíza de Direito